

São Paulo, 29, 30/04, 01 e 02 de maio de 2017

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social Arujá

CNPJ nº 66.518.267/0012-36
Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)				Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)			
Ativo	Notas	2016	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2016	2015
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Bancos - Contas Movimento	4	14,10	20,00	Fornecedores		347.926,76	394.325,42
Bancos - Aplicações Financeiras	5	913.849,05	1.403.061,22	Obrigações Trabalhistas	10	373.764,51	337.669,20
Adiantamentos a Empregados	6	63.106,25	54.782,79	Obrigações Sociais e Fiscais	11	243.136,12	179.187,05
Adiantamentos para Despesas		520,00	479,65	Contas a Pagar		28.161,82	26.975,56
Impostos Recuperáveis			971,93	Provisões para Férias e Encargos		534.865,43	506.628,57
Créditos com Contrato de Gestão	7	1.314.713,70	2.013.037,68	Provisões para Contingências		150.803,09	-
Outros Créditos		5.000,00	5.000,00			1.678.657,73	1.444.785,80
Reserva para Contingências	8	3.917.062,82	-	Passivo Não Circulante			
		6.214.265,92	3.477.353,27	Bens Públicos em nosso poder	12	64.368,96	55.895,04
						64.368,96	55.895,04
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Imobilizado	9	64.368,96	55.895,04	Patrimônio Social		2.032.567,47	1.144.642,00
		64.368,96	55.895,04	Superávit do Exercício		2.503.936,59	887.925,47
				Transferências Patrimoniais		(895,87)	-
Total do Ativo		6.278.634,88	3.533.248,31	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.278.634,88	3.533.248,31

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)				
	Patrimônio Social	Superávit	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2015	942.062,16	223.981,42	(21.401,58)	1.144.642,00
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior		223.981,42	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(21.401,58)	-	21.401,58	-
Superávit do Exercício	-	887.925,47	-	887.925,47
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.144.642,00	887.925,47	-	2.032.567,47
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior		887.925,47	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(895,87)	(895,87)
Superávit do Exercício	-	2.503.936,59	-	2.503.936,59
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.032.567,47	2.503.936,59	(895,87)	4.535.608,19

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro. O CEJAM mantém junto à Prefeitura Municipal de Arujá o Contrato de Gestão de nº 2.385, celebrado em 24 de abril de 2012, Processo nº 195.197/2012, Portaria nº 17.723/2012, visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Maternidade Dalila Ferreira Barbosa, em conjunto com o Pronto Atendimento Municipal de Arujá e o Pronto Atendimento Municipal do Parque Rodrigo Barreto.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficiárias de assistência social. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016 e 2015. 3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida do passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2015 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas no início do exercício. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. 3.c) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva

3.i) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Bancos - Contas Movimento: 2016 2015
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3121-6 10,00 10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3561-2 4,10 10,00
Total 14,10 20,00

5. Bancos - Aplicações Financeiras: 2016 2015
Banco Santander(Brasil)S.A.-Conta nº 3121-6 913.849,05 1.403.061,22
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3561-2 - 1.359.728,64
Total 913.849,05 1.403.061,22

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do(s) exercício(s) aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6. Adiantamentos a Empregados: 2016 2015
Adiantamento de Férias 63.106,25 54.782,79
Total 63.106,25 54.782,79

7. Créditos com Contratos de Gestão: 2016 2015
Contrato de Gestão nº 2385/2012 1.314.713,70 2.013.037,68
Total 1.314.713,70 2.013.037,68

8. Reserva para Contingências: Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

9. Imobilizado: 2016 2015
Reserva Para Contingências 3.917.062,82 -
Banco Santander (Brasil) S.A. 3.917.062,82 -
Total 3.917.062,82 -

10. Obrigações Trabalhistas: 2016 2015
Salários a Pagar 371.276,25 337.669,20
Rescisões a Pagar 2.488,26 -
Total 373.764,51 337.669,20

11. Obrigações Sociais e Fiscais: 2016 2015
INSS a Recolher 35.058,99 31.374,84
FGTS a Recolher 57.854,44 53.842,45
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher 2.784,06 7.625,74
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher 9.184,78 8.740,28
IRRF a Recolher 51.372,93 46.828,54
CSRF a Recolher 41.755,07 13.297,23
INSS Retido de PJ a Recolher 22.168,62 11.953,95
ISS Retido na Fonte a Recolher 22.957,23 5.524,02
Total 243.136,12 179.187,05

12. Bens Públicos em Nosso Poder: rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 64.368,96 em 2016 e R\$ 55.895,04 em 2015, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

13. Receitas com Contrato de Gestão: 2016 2015
Contrato de Gestão nº 2385/2012 26.239.801,50 22.926.872,65
Total 26.239.801,50 22.926.872,65

14. Receitas e Despesas Financeiras: 2016 2015
Rendimentos de Aplicações Financeiras 459.228,62 208.264,46
Descontos Obtidos 4.149,81 8.298,38
(-) Despesas Bancárias (7.299,36) (6.189,48)
(-) Juros e Mora Comerciais (138,36) (43,62)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais - (955,28)
Total 455.940,71 209.394,46

15. Custos Com Pessoal Próprio: 2016 2015
Remunerações 6.423.485,21 5.922.285,27
Benefícios 508.325,25 500.654,78
Encargos Sociais 655.372,06 700.709,98

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)			
	2016	2015	
Atividades Operacionais			
Superávit do Exercício (Aumento ou Redução do Ativo)	2.503.936,59	887.925,47	
Adiantamentos a Empregados	(8.323,46)	11.381,08	
Adiantamentos para Despesas	(40,35)	(136,40)	
Impostos Recuperáveis	971,93	-	
Créditos com Contrato de Gestão	698.323,98	(221.935,73)	
Outros Créditos	(3.917.062,82)	-	
Aumento ou (Redução) do Passivo			
Fornecedores	(46.398,66)	26.644,39	
Obrigações Trabalhistas	36.095,31	20.054,27	
Obrigações Sociais e Fiscais	63.949,07	11.551,59	
Provisões para Férias e Encargos	28.236,86	3.488,07	
Provisões para Contingências	150.803,09	-	
Outras Obrigações	1.186,26	17.085,27	
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	(488.322,20)	756.058,01	
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública	18.972,63	15.637,87	
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	18.972,63	15.637,87	
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(18.972,63)	(15.637,87)	
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(895,87)	-	
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(19.868,50)	(15.637,87)	
Varição Líquida nas Disponibilidades Caixa e Equivalentes de Caixa	(488.212,29)	756.058,01	
Disponibilidades no Início do Exercício	1.403.081,22	647.023,21	
Disponibilidades no Final do Exercício	913.869,15	1.403.081,22	
Varição Líquida nas Disponibilidades	(488.212,29)	756.058,01	

Social (CEBAS): O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISP/AR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015. Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: "Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores". A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuarão todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2016 e 2015. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. 21. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal): A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2016 foi de R\$ 1.570.739,91 (em 2015 de R\$ 1.447.436,73) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2016	2015
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.569.365,40	1.446.757,43
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	1.374,51	679,30
Total	1.570.739,91	1.447.436,73

(-) Isenção Usufruída:
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento (1.569.365,40) (1.446.757,43)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas (1.374,51) (679,30)

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legisla-

de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. 3.d) **Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.e) **Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.f) **Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.g) **Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.h) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

	7.587.182,52	6.983.650,03
16. Custos com Serviços Terceirizados	2016	2015
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	13.129.793,78	11.993.909,58
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	6.872,53	3.396,50
	13.136.666,31	11.997.306,06
17. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2016	2015
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.572.967,17	1.660.513,96
Materiais de Consumo	892.591,16	829.443,66
Materiais de Conservação e Reparos	69.895,41	80.865,25
Outros Materiais e Insumos	38.505,04	37.402,67
	2.573.958,78	2.608.225,54
18. Despesas Gerais	2016	2015
Contas de Consumo (Água, Luz e Telefone)	556.261,80	488.084,12
Alugueiros (Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	113.085,21	107.206,23
Administrativas	552,46	8.228,80
Publicidade	1.350,00	510,00
Eventos	16,30	532,65
Bens não Imobilizados	-	1.443,05
Outras Despesas Gerais	26.746,88	10.732,89
	698.012,65	616.737,74

19. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **20. Certificado Beneficente de Assistência**

ção e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015. **22. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** **Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

	2016	2015
Renúncia Fiscal		
Cofins	785.932,29	686.603,54
CSLL	225.354,29	79.913,29
	1.011.286,58	766.516,83

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM Arujá - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 12 - Arujá são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante

de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as fragilidades nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de fevereiro de 2017. **Galloro & Associados Auditores Independentes** - CRC PJ 2SP005851/O-7; **Ana Maria Galloro Laporta** - Sócia-Diretora - CRC 1SP203642/O-6.